

# O futuro governo e a Educação

17 FEV 1965

Na longa entrevista coletiva concedida na última segunda-feira à imprensa pelo dr. Tancredo Neves, nada se perguntou a ele, especificamente, a respeito da política educacional de seu futuro governo. Durante a entrevista propriamente dita, o Ministério da Educação e Cultura foi mencionado tão-só como um organismo hipertrofiado, na medida em que os problemas da educação são suficientes para ocupar todo o tempo do ministro, relegando-se o setor da cultura a plano secundário, de tal forma que se justificaria o seu desdobramento em dois ministérios distintos.

Não é nosso propósito discutir aqui as vantagens ou desvantagens da criação do Ministério da Cultura, que pode acabar sendo uma faca de dois gumes. Nossa objetivo é ressaltar o que disse o presidente eleito, sem que lhe fosse perguntado, na sua exposição inicial, a respeito da educação. E desde logo observemos que, em uma entrevista longa, em que foram tratados assuntos diversos de maneira geralmente satisfatória e, em vários casos, extremamente lúcida e corajosa (por exemplo no que diz respeito às estatais), o que disse sobre educação foi o que, provavelmente, menos nos satisfez. Antes de dizer por que, transcrevemos o trecho em questão, situado no contexto em que cuidou das mudanças propostas para o campo social. Disse dr. Tancredo: "A reforma do ensino no Brasil, sobretudo a reforma universitária, teria uma tal característica de inadimplibilidade que nós não podemos deixar de, ouvindo os mestres, os estudantes e os técnicos ligados ao problema, buscar com urgência uma so-

lução adequada a fim de que o problema universitário no Brasil, o que vale dizer, o problema da nossa juventude, saia dessa situação de angústia, de desespero e de permanentes protestos, de notórios desajustes em que vivemos para recolocá-la numa posição que faça da Universidade não apenas um instrumento de recrutamento da nossa mocidade para as atividades técnicas e intelectuais, mas para fazer dela também um instrumento eficiente e permanente da estabilidade política do País".

Nossa insatisfação com esse pronunciamento se baseia em dois pontos, referindo-se o primeiro à inexplicável omissão da educação elementar, que não mereceu referência alguma de dr. Tancredo Neves. Ora, para um País que tem 21 milhões de crianças situadas na faixa etária dos sete aos 14 anos, com um terço desse total fora da escola (isso para não falar do contingente de 17 milhões de analfabetos adultos, que irá engrossando se esses milhões de crianças não forem alfabetizados adequadamente), a educação elementar há de ser uma prioridade absoluta, não só em matéria de ensino, mas no quadro geral das atividades governamentais. Aliás, como mudar o País, em qualquer sentido positivo que seja, sem universalizar a educação elementar? Não adianta esperar que o problema seja resolvido pelos Estados e municípios: a ação da União, nessa esfera, há de ser decisiva se quisermos encaminhar adequadamente o problema, esse problema que é uma das maiores vergonhas nacionais. Esperamos que a omissão seja tão-só um lapso

de dr. Tancredo Neves e que ele transmita ao seu ministro da Educação, uma orientação segura do que se refere a uma política que faça da educação elementar o seu ponto de honra e a sua primeira prioridade.

O outro ponto a que nos referimos é a alusão a uma nova "reforma universitária". As "reformas universitárias" são vistas, em nosso país, como uma espécie de panacéia, como se a enferma universidade brasileira pudesse ser curada por uma mágica mudança legal de estrutura. Os reitores congregados na sua organização — o Crub — já compreenderam isso muito bem e, no documento entregue a dr. Tancredo Neves, no dia seguinte à mencionada entrevista concedida pelo presidente, começam precisamente dizendo que "consideram imperativa uma revisão ampla e profunda da postura e do estilo de ação dos órgãos governamentais no que tange à educação, sem exigência, necessariamente, de uma reforma universitária". O importante (e, nesse sentido, aliás, a ministra Esther Ferraz fez o que lhe era possível, até propondo a ampliação da autonomia financeira das universidades), independentemente de pequenas correções na parte da legislação que se revelou inadequada à realidade — como, por exemplo, a que diz respeito ao primeiro ciclo geral de estudos e ao vestibular meramente classificatório, sem falar da regulamentação do instituto da jubilação —, é que se encorajem essas instituições a voltar-se inteiramente para a tarefa que lhes justifica a existência: ensinar bem e com eficiência e colaborar pa-

ra o desenvolvimento da ciência e da cultura. Só assim, e não com reformas de mais do que duvidosa eficácia, elas poderão ser, além daquilo que as define e lhes é inerente, "um instrumento eficiente e permanente da estabilidade política do País", como justamente deseja dr. Tancredo Neves.

Não estamos, em uma palavra, precisando de uma reforma universitária em âmbito nacional, como, da mesma forma, dispensaríamos a reforma em que insiste, em nosso Estado, o governador Montoro, que quer, a qualquer custo, criar uma super-secretaria encarregada de controlar a vida das universidades estaduais, tal como já vem fazendo com a Unesp. Aliás, na sua obsessão, o governador acaba de inventar uma comissão para cuidar do assunto, como se as nossas combalidas universidades estivessem precisando do governo do Estado para qualquer outra coisa além da liberação dos recursos necessários à sua manutenção e sobrevivência.

De qualquer forma, felizmente, como dr. Tancredo Neves — apesar de correligionário do governador de São Paulo — é um político feito de outra cepa, não lhe faltando descortino, firmeza e capacidade de decisão, esperamos que as nossas insatisfações com as suas referências a respeito da educação sejam logo superadas, graças a uma definição nítida das reais prioridades de nosso ensino, entre as quais não se encontra a promoção de nova reforma legal das nossas pouco eficientes universidades.